



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e do Orçamento de Primeiro Grau

ATA DE REUNIÃO 2022

Ata da Primeira Reunião do Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e do Orçamento de Primeiro Grau de 2022, realizada no dia 09 de Março de 2022, às 14 horas, na Sala de Reunião Virtual.

1. PARTICIPANTES

Adriana Satou Lessa Ferreira Pinheiro – Juíza Titular da 04ª Vara do Trabalho do Recife
Ana Maria Aparecida de Freitas - Juíza Titular do Trabalho da 15ª VT de Recife
Katia Keitiane da Rocha Porter – Juíza Titular do Trabalho da 03ª Vara de Caruaru
Laura Cavalcanti de Moraes Botelho – Juíza Presidente da Amatra6
Patrícia Franco Trajano - Juíza Substituta da 3ª Vara do Trabalho de Olinda
Beatriz Regina Lacerda de Oliveira Santana - Diretora da 04ª Vara do Trabalho do Recife
Henrique Beça Gibson – Diretor da 03ª Vara do Trabalho de Caruaru
Patrilene H. V. do Nascimento - Diretora de Secretaria da 1ª Vara do Trabalho do Recife
Maria da Conceição Menezes Gomes - Diretora de Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Barreiros
Letícia Fernandes Duarte – Diretora da 01ª Vara do Trabalho de Jaboatão dos Guararapes
José Paulo Ferreira – Diretor da 02ª Vara do Trabalho de Paulista

2. ANÁLISE E DELIBERAÇÕES

Participação nas reuniões junto à Administração.

Com a palavra Dra. Kátia, iniciou os trabalhos relatando o quanto está preocupante o fato de o Comitê não ter participação ativa nas reuniões junto ao Tribunal, ressaltando que, quando isso acontece, “tudo já está decidido e pronto para por em prática”.

Dada a palavra a Dra. Laura comentou a preocupação referente a planilha divulgada nos grupos de diretores e encaminhada pela própria administração porque não havia a informação clara se contava ou não no cômputo do cálculo da média para o quartil a lotação dos Oficiais de Justiça, e isso estava causando uma grande tensão nos grupos de magistrados e servidores de uma maneira geral.

Dra. Kátia pontuou que os parâmetros utilizados pelo CNJ são diferentes dos utilizados para pagamentos dos Magistrados da JECJ. Pontuou ainda que há muitas dúvidas quanto a algumas expressões, tais como “quartil”, o que é questionado por várias pessoas, sendo termos mais conhecidos pelos servidores que compõem a Estatística. Por exemplo, para o número de funções, o CNJ não deixou muita margem, sendo utilizado o patamar



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro
Grau de Jurisdição e do Orçamento de Primeiro Grau

mínimo, o que não impede que o Tribunal coloque mais servidores, e se utilize do critério menos danoso.

Dada a palavra a Dra Patrícia Trajano, comentou a forma como o Tribunal deixou o Comitê de Assuntos Prioritários alheio a essas questões relativas as mudanças da Resolução 296, e ponderou a necessidade do Comitê mostrar a sua importância,

Com a palavra Dra. Kátia ressaltou que o Tribunal apenas concede assento à Amatra, em que pese o Comitê ser Oficial, instituído pelo CNJ, e de suma importância para o atingimento das Metas buscadas pelo Tribunal.

Com a palavra Letícia, afirmou que foi em reunião realizada com todos os diretores foi esclarecido que na planilha encaminhada os Oficiais de Justiça embora constasse no número de lotação não constavam no cálculo para o "quartil".

Pontuou Dra. Kátia que o Oficial de Justiça sendo contados na lotação, seria meros coadjuvantes para a Secretaria, o que não condiz com a realidade das Varas do Trabalho em que são lotados. No I-Gest os Oficiais de Justiça eram contados como servidores lotados, o que prejudica, em muito, a estatística da Vara, ao contrário do que ocorre com aquelas Unidades que não tem Distribuição e Oficial de Justiça lotado. A isonomia deveria acontecer, por ser uma forma mais justa.

Sugeri que novo Ofício seja encaminhado à Presidência solicitando uma reunião para esclarecimentos.

Dada a palavra a Dra. Laura, reafirmou que não há nada mais importante do que o capital humano para uma Vara do Trabalho funcionar. Pode-se ter equipamentos, inteligência artificial, mas sem o trabalho humano e instalações adequadas, a Justiça não funcionaria. Disse ainda que causa estranheza o Comitê de Priorização não ser priorizado.

Dra. Katia questionou se os diretores teriam algum relato a fazer, já que a notícia sobre as lotações nas Varas (planilha com os quatis) foram o assunto bem divulgado e polemizado nos grupos de Whatsapp, por ter causado surpresa a ela mesma.

Após a fala de alguns diretores membros do comitê, Dra. Kátia reafirmou a necessidade de ser renovado o Ofício à Presidência, com a concordância de todos os participantes.

Disse ainda que, como gestora da sua unidade, não estava ciente do que estava acontecendo no tocante às tratativas quanto às lotações das Varas, e que teria impacto como Magistrada, não tendo conhecimento como aconteceu com os diretores.

A formação do Comitê é feita por servidores ocupantes de Direção de Secretaria e os Magistrados, mistificando o Comitê, passando uma visão mais ampla da realidade nas unidades.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro
Grau de Jurisdição e do Orçamento de Primeiro Grau

Dada a palavra a José Paulo, pontuou a importância do Comitê junto ao Tribunal, principalmente, quanto às medidas que serão tomadas em relação à resolução 296 de maneira que o Comitê seja comunicado previamente.

Por fim, Dra. Kátia questionou se havia mais algum tema ou sugestão e falou sobre as extensões do Firefox estão sendo trabalhadas, em virtude da questão da segurança do sistema, mas estão aguardando o CSJT definir. Até então, teríamos que aguardar.

Ressaltou ainda que os cursos promovidos pela Escola Judicial abrangeriam o público dos Advogados, não só para o público interno (servidores e Magistrados).

Sugeriu Dra. Kátia que tais ferramentas, de nomenclaturas difíceis, fossem enviadas via grupo de Whatsapp ou e-mail, a fim de facilitar a redação da Ata e do Ofício, bem como, facilitar a sugestão para a Escola.

Finalizou Dra. Kátia sinalizando para a próxima reunião, para que o Comitê permaneça atuante ante o Tribunal e ao próprio CNJ (o que contribui para a promoção de Selos).

Encerrados os trabalhos.

Com o agradecimento à presença de todos, fica já definida a data da próxima reunião: 04 de Maio de 2022.

Os participantes, identificados a seguir, aprovam e assinam eletronicamente a respectiva ata.

Adriana Satou Lessa Ferreira Pinheiro – Juíza Titular da 04ª Vara do Trabalho do Recife

Ana Maria Aparecida de Freitas - Juíza Titular do Trabalho da 15ª VT de Recife

Katia Keitiane da Rocha Porter – Juíza Titular do Trabalho da 03ª Vara de Caruaru

Laura Cavalcanti de Moraes Botelho – Juíza Presidente da Amatra6

Patrícia Franco Trajano - Juíza Substituta da 3ª Vara do Trabalho de Olinda

Beatriz Regina Lacerda de Oliveira Santana - Diretora da 04ª Vara do Trabalho do Recife

Henrique Beça Gibson – diretor da 03ª Vara do Trabalho de Caruaru

Patrilene H. V. do Nascimento - Diretora de Secretaria da 1ª Vara do Trabalho do Recife

Maria da Conceição Menezes Gomes - Diretora de Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Barreiros

Letícia Fernandes Duarte – Diretora da 01ª Vara do Trabalho de Jaboatão dos Guararapes

José Paulo Ferreira – Diretor da 02ª Vara do Trabalho de Paulista